

## Nº 41/2020 | 2ª SEMANA | OUTUBRO DE 2020\_ SEMANÁRIO CCA



### DESTAQUES DA SEMANA

#### TRIBUTOS FEDERAIS

- Redução a zero do PIS/Pasep e da Cofins sobre vendas e importação sulfato de zinco para medicamentos utilizados em nutrição parenteral (NCM's 3003.90.99 e 3004.90.99) – Prorrogação do Decreto n. 10.318/2020.
- Simples Nacional – Diversos ajustes de redação e alterações da Resolução CGSN nº 140/2018.

#### IOF

- Prorroga a aplicação da alíquota zero do IOF sobre as operações de créditos.

#### IPI

- Prorroga a aplicação da redução a zero de alíquotas em razão do enfrentamento da Situação de Emergência Pública causada pelo COVID-19.

#### ICMS

- Medida facilita parcelamento de ICMS relativo ao período da Covid-19.
- NF-e – Implantação do Evento Comprovante de Entrega do CT-e na NF-e.
- Alterações no RICMS/RS, divulgadas pela SEFAZ/RS:
  - a) Definido o conceito de bebidas para fins de redução de base de cálculo do ICMS no fornecimento de refeições promovido por bares, restaurantes, estabelecimentos similares e empresas preparadoras de refeições coletivas;
  - b) Remissão de créditos tributários (constituídos ou não) relacionados com o ICMS incidente sobre o fornecimento de bebidas em refeições;

- c) ICMS ST – Operações com produtos alimentícios – Atualiza o rol mercadorias – Massas alimentícias;
- d) ICMS ST – Responsabilidade por substituição tributária atribuída a contribuinte enquadrado na categoria geral que realize vendas exclusivamente na modalidade de comércio eletrônico ou televendas;
- e) Concessão de prazo de recolhimento do diferencial de alíquotas devido na prestação aplicável ao transporte aéreo interestadual de cargas a consumidor final não contribuinte.
- Alterações na Instrução Normativa DRP 45/98, divulgadas pela SEFAZ/RS:
  - a) Dispensada apresentação de garantias e entrada mínima nos parcelamentos;
  - b) Ajuste técnico;
  - c) Ajuste técnico para alterar o período em que autorizado o parcelamento de débitos de ICMS, declarados em GIA, GIA-ST ou DeSTDA – Alteração na Instrução Normativa RE n. 77/2020 (DOE de 05/10/2020);
  - d) ICMS ST – Normatiza a pesquisa de preço para a determinação do preço final ao consumidor nas operações com bebidas quentes.

#### IPVA

- Alterações no RIPVA/RS, divulgadas pela SEFAZ/RS:
  - Ajuste técnico no RIPVA/RS.

#### ITCD

- Dívidas antigas de ITCD podem ser regularizadas antes da atualização de valores dos bens.
- Alterações no RITCD/RS, divulgadas pela SEFAZ/RS:
  - Alteradas disposições acerca da reavaliação de bens para cálculo do imposto.



## OBRIGAÇÕES DA SEMANA

**13/10**

**ICMS/RS – CARNE VERDE (OU TEMPERADA) DE AVES** | Recolhimento, pelos estabelecimentos abatedores (inclusive ponto de vendas ou distribuição do abatedor) de aves registrados no SERPA, referente agosto.

**ICMS/RS** | Recolhimento, pelos estabelecimentos comerciais, categoria geral, relativo ao mês de setembro.

**ICMS/RS – ST – MERCADORIAS RELACIONADAS NO APÊNDICE III, SEÇÃO II, ITEM VIII, DO RICMS** | Recolhimento de ICMS substituição tributária das operações internas referente ao mês de agosto.

**ICMS/RS** | Recolhimento, pelos contribuintes enquadrados na categoria geral, referente ao mês de agosto ao mês de setembro, relativo às saídas sujeitas ao IPI, inclusive alíquota zero.

**ISSQN – P. ALEGRE** | Recolhimento relativo ao mês de setembro.

**ISSQN-DECWeb – PORTO ALEGRE** | Entrega da declaração referente ao mês de setembro – IN n. 06/07.

**15/10**

**INSS** | Recolhimento das contribuições previdenciárias dos contribuintes individuais, facultativos e segurado especial (na condição de contribuinte individual), relativas a setembro.

**INSS TRIMESTRAL** | Recolhimento das contribuições previdenciárias dos contribuintes individuais, facultativos e empregados domésticos, relativas ao 3º Trimestre/2020.

**IR-FONTE** | Recolhimento referente ao 1º decêndio de outubro das retenções efetuadas sobre aplicações financeiras, juros sobre capital próprio, prêmios (concursos e sorteios), multas/vantagens/rescisão de contrato.

**IOF** | Recolhimento referente ao 1º decêndio de outubro do IOF sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguros, Factoring e Ouro-ativo financeiro.

**EFD-CONTRIBUIÇÕES** | Entrega do arquivo referente ao mês de agosto.

**CIDE** | Pagamento referente ao mês de setembro. Combustíveis (Código 9331); Remessas ao exterior de remuneração/ “royalties” (Código 8741).

**PIS/COFINS – AUTOPEÇAS/RETENÇÕES** | Recolhimento referente a 2ª quinzena de setembro.

**EFD-Reinf** | Entrega relativa ao mês de setembro/2020, pelas entidades compreendidas no 1º e 2º Grupos do eSocial – IN RFB 1.701/2017.

**DCTFWeb** | Entrega da relativa ao mês de setembro/2020, pelas



## OBRIGAÇÕES DA SEMANA

entidades compreendidas no 1º Grupo (faturamento em 2016 acima de R\$ 78.000.000,00) e no 2º Grupo (faturamento em 2017 acima de R\$ 4.800.000,00) – IN´s RFB nºs 1.787/18 e 1.884/19.

**GIA/ICMS-RS** | Entrega da GIA, relativa ao mês de setembro.

**EFD-ICMS/IPI** | Entrega do arquivo referente ao mês de setembro.

**ISSQN-DEC – P. ALEGRE** | Apresentação, pelas sociedades de profissionais, da declaração relativa ao 3º Trimestre/2020. – IN 06/07

### OBSERVAÇÕES:

**IMPORTANTE – NOTA FISCAL GAÚCHA** | Os contribuintes, não obrigados à entrega da Escrituração Fiscal Digital – EFD, deverão transmitir os arquivos à SEFAZ/RS, considerando o 8º dígito de seu número de CNPJ, a partir do dia 10 do mês subsequente ao da emissão. Resolução n. 03/2013, arts. 2º e 11.

(\*) Antecipar o recolhimento, se não houver expediente bancário no dia indicado. (Ex.: Feriado Municipal)



## ALTERAÇÕES

### TRIBUTOS FEDERAIS

#### **REDUÇÃO A ZERO DO PIS/PASEP E DA COFINS SOBRE VENDAS E IMPORTAÇÃO SULFATO DE ZINCO PARA MEDICAMENTOS UTILIZADOS EM NUTRIÇÃO PARENTERAL (NCM'S 3003.90.99 E 3004.90.99) – PRORROGAÇÃO DO DECRETO N. 10.318/2020**

O Decreto n. 10.503/2020, DOU da Edição Extra de 02 de outubro de 2020, altera o Decreto n. 10.318/2020 (DOU de 09.04.2020 – Edição Extra), prorrogando, de 30/09/2020 para até 31/12/2020, a redução a zero do PIS/Pasep, Cofins, e do PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a receita decorrente da venda no mercado interno e sobre a operação de importação de sulfato de zinco para medicamentos utilizados em nutrição parenteral, classificados nos seguintes códigos: Importante ressaltar que a contestação deverá versar, exclusivamente, sobre razões relativas a divergências quanto aos elementos que compõem o cálculo do FAP, como por exemplo as CATs e demais benefícios previdenciários.

O resultado do julgamento será divulgado no sítio da Previdência e da decisão caberá recurso, exclusivamente por meio eletrônico, no prazo de 30 dias, contado da data da publicação do resultado no DOU.

- 3003.90.99 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI – medicamento a granel; e
- 3004.90.99 da TIPI – medicamento em doses.

### **SIMPLES NACIONAL – DIVERSOS AJUSTES DE REDAÇÃO E ALTERAÇÕES DA RESOLUÇÃO CGSN Nº 140/2018**

A Resolução CGSN n. 156/2020, DOU 05 de outubro de 2020, alterou a Resolução CGSN n. 140/2018, que dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).

Dentre as alterações introduzidas pela norma em questão, destacamos que:

- Considera-se exportação de serviços para o exterior a prestação de serviços para pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, cujo pagamento represente ingresso de divisas, exceto quanto aos serviços desenvolvidos no Brasil cujo resultado aqui se verifique. Contudo, independe do efetivo ingresso de divisas, considera-se também receita de exportação no caso de pessoa jurídica



## ALTERAÇÕES

manter os recursos no exterior na forma prevista no art. 1º da Lei nº 11.371/2006;

- O DAS avulso poderá ser gerado por aplicativos próprios, disponíveis no Portal do Simples Nacional ou na página da RFB ou da PGFN na Internet;
- Fica acrescido ao Anexo VII da Resolução CGSN 140/2020, que relaciona os CNAEs que abrangem concomitantemente atividade impeditiva e permitida ao Simples Nacional, o CNAE 4635-4/99 – Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente.

Além das alterações supracitadas, destacamos também que a norma em comento revogou de forma expressa 80 Resoluções do CGSN, além de dispositivos de outras duas Resoluções, que não possuíam mais efeitos no Simples Nacional.

Além disso, com essa publicação, os Estados e o Distrito Federal deverão manifestar-se, mediante publicação de Decreto do respectivo Poder Executivo, sobre a adoção de sublimite de receita bruta acumulada para efeito de recolhimento do ICMS em seus territórios, na forma prevista no caput do art. 9º da Resolução CGSN n. 140/2018, até o último dia útil do mês de outubro, observado o seguinte:

- Para produzir efeitos no âmbito do Simples Nacional, o decreto deve ser encaminhado pelo governador ou pela secretaria estadual competente para a administração tributária ao CGSN, preferencialmente por meio eletrônico, até o décimo dia útil do mês de novembro.
- A partir de 2020, compete ao Presidente do CGSN divulgar, mediante portaria, a opção dos Estados e do Distrito Federal de adotar o sublimite, até o último dia útil do mês de novembro do ano em que a adoção do sublimite for publicada, com validade para o ano-calendário subsequente.
- Os sublimites divulgados por Resolução do CGSN até 2019 são os constantes do Anexo XIII.

A Resolução CGSN n. 140/2018, passa a vigorar acrescida do Anexo XII, nos termos do Anexo Único desta Resolução.

### **ANEXO ÚNICO**

(Anexo XII da Resolução CGSN nº 140, de 2018)

(ARTS. 9º A 12)

Relação de sublimites adotados por estado



## ALTERAÇÕES

ANO-CALENDÁRIO	ESTADOS E SEUS SUBLIMITES (EM R\$)		
	<b>1.200.000,00</b>	<b>1.800.000,00</b>	Sem sublimite
<b>2007</b> <b>2008</b>	AC, AL, AP, MA, PB, PI, RN, RO, RR, SE, TO	AM, CE, ES, GO, MT, MS, PA, PE	DF e demais Estados
<b>2009</b> <b>2010</b>	AC, AL, AP, PB, PI, RO, RR, SE, TO	CE, ES, GO, MA, MT, MS, PA, PE, RN	
<b>2011</b>	AC, AL, AP, PI, RO, RR, SE, TO	CE, MT, MS, PA, PB	

ANO-CALENDÁRIO	ESTADOS E SEUS SUBLIMITES (EM R\$)			
	<b>1.260.000,00</b>	<b>1.800.000,00</b>	<b>2.520.000,00</b>	Sem sublimite
<b>2012</b>	AC, AL, AP, PI, RR	MT, MS, PA, RO, SE, TO	AM, CE, MA, PB	DF e demais Estados
<b>2013</b>	AC, AL, AP, RR	MS, PA, PI, RO, SE, TO	CE, MA, MT, PB	
<b>2014</b>	AP, RR	AC, AL, MS, PA, PI, RO, SE, TO	CE, MA, MT	
<b>2015</b>	–	AC, AP, RO, RR	AL, MA, MT, MS, PA, PI, TO	
<b>2016</b>	–	AC, AP, RO, RR	MA, MT, MS, PA, PI, TO	
<b>2017</b>	–	AC, AP, RO, RR	MA, PA, TO	

ANO-CALENDÁRIO	ESTADOS E SEUS SUBLIMITES (EM R\$)	
	<b>1.800.000,00</b>	<b>3.600.000,00</b>
<b>2018</b>	AC, AP, RR	DF e demais Estados
<b>2019</b>	AC, AP, RR	
<b>2020</b>	AC, AP	

## IOF

### PRORROGA A APLICAÇÃO DA ALÍQUOTA ZERO DO IOF SOBRE AS OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

O Decreto n. 10.504/2020, DOU 02 de outubro de 2020, alterou o Decreto 6.306/2006, que Regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, a fim de prorrogar a aplicação da alíquota zero do IOF sobre as operações de crédito previstas nos incisos I ao VII do art. 7º, e § 15, contratadas no período entre 3 de abril de 2020 e 31 de dezembro de 2020.

Anteriormente, a referida aplicação da alíquota zero do IOF destinava-se as operações de créditos contratadas no período entre 3 de abril de 2020 e 2 de outubro de 2020.

## IPI

### PRORROGA A APLICAÇÃO DA REDUÇÃO A ZERO DE ALÍQUOTAS EM RAZÃO DO ENFRENTAMENTO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA PÚBLICA CAUSADA PELO COVID-19

O Decreto n. 10.503/2020, DOU da Edição Extra de 02 de outubro



## ALTERAÇÕES

de 2020, prorroga a aplicação da redução das alíquotas de tributos de que tratam os seguintes Decretos:

- 1 – Decreto n. 10.285/2020 (DOU de 20.03.2020)
  - Prorrogada, de 30/09/2020 para até 31/12/2020, a redução a zero da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre os produtos listados no Anexo do Decreto n. 10.285/2020, em razão do enfrentamento da Situação de Emergência Pública causada pelo COVID-19.

PRODUTO	CÓDIGO TIPI
Álcool etílico com um teor alcoólico, em volume, igual ou superior a 70 % vol, impróprio para consumo humano	2207.20.19
Desinfetantes em formas ou embalagens exclusivamente para uso direto em aplicações domissanitárias, que contenham bromometano (brometo de metila) ou bromoclorometano, exceto aqueles classificados no Ex 01	3808.94.11
Outros desinfetantes em formas ou embalagens exclusivamente para uso direto em aplicações domissanitárias, exceto aqueles classificados no Ex 01	3808.94.19
Gel antisséptico, à base de álcool etílico 70%, contendo, entre outros, umectantes, espessante e regulador de pH, próprio para higienização das mãos	3808.94.29
Vestuário e seus acessórios de proteção, de plástico	3926.20.00
Presilha plástica para máscara de proteção individual, própria para prender o tirante de fixação na cabeça do usuário	3926.90.90
Clip nasal plástico, próprio para máscara de proteção individual	3926.90.90
Clip nasal e grampos metálicos em ferro ou aço, próprio para máscara de proteção individual	7326.20.00

Óculos de segurança	9004.90.20
Viseiras de segurança	9004.90.90
Aparelhos de eletrodiagnóstico para controle da saturação da hemoglobina pelo oxigênio no sangue arterial, denominados oxímetros	9018.19.80
Cateteres de poli (cloreto de vinila), para termodiluição	9018.39.23
Tubo laríngeo, de plástico, próprio para procedimentos anestésicos ou cirúrgicos de rotina, com ventilação espontânea e/ou controlada	9018.39.99
Aparelhos de ozonoterapia, de oxigenoterapia, de aerossolterapia, aparelhos respiratórios de reanimação e outros aparelhos de terapia respiratória	9019.20
Máscaras de proteção e escudos faciais, contra materiais potencialmente infecciosos	9020.00.90

- 2 – Decreto n. 10.302/2020 (DOU de 01.04.2020)
  - Prorrogada, de 30/09/2020 para até 31/12/2020, a redução a zero da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre os produtos listados no Anexo do Decreto n. 10.302/2020, em razão do enfrentamento da Situação de Emergência Pública causada pelo COVID-19.

PRODUTO	CÓDIGO TIPI
Artigos de laboratório ou de farmácia	3926.90.40
Luvas, mitenes e semelhantes, exceto para cirurgia	4015.19.00
Termômetros clínicos	9025.11.10





## ALTERAÇÕES

- 3 – Decreto n. 10.352/2020 (DOU de 19.05.2020 – Edição Extra)
- Prorrogada, de 30/09/2020 para até 31/12/2020, a redução a zero da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre o termômetro digital classificado no código 9025.19.90 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI.

### ICMS

#### **MEDIDA FACILITA PARCELAMENTO DE ICMS RELATIVO AO PERÍODO DA COVID-19**

De acordo com a notícia publicada no site da Sefaz RS no dia 06 de outubro de 2020, a Receita Estadual irá dispensar apresentação de garantias e entrada para parcelamento de débitos.

Veja, abaixo, a notícia na íntegra:

*“A Receita Estadual está facilitando as condições para que os contribuintes com débitos de ICMS referente ao período entre abril e setembro de 2020, quando os impactos da Covid-19 foram mais acentuados, possam regularizar a situação perante o fisco. A iniciativa permite o parcelamento dos valores devidos em até 60 meses, sem necessidade de apresentação de garantias para fazer jus às condições especiais.*

*Para tanto, o pagamento da parcela inicial deve ocorrer até o dia 30 de novembro.*

*A possibilidade, constante na Instrução Normativa RE Nº 078/2020 publicada no Diário Oficial do Estado desta segunda-feira (5), abrange os créditos tributários provenientes do ICMS, declarados em GIA, GIA-ST ou DeSTDA, vencidos entre 1º de abril de 2020 e 30 de setembro de 2020.*

*Segundo Luís Fernando Crivelaro, subsecretário da Receita Estadual, a medida administrativa visa incentivar a regularização dos contribuintes e facilitar o parcelamento, proporcionando fôlego ao fluxo de caixa das empresas. “Estamos dispensando algumas garantias nesse momento de maior dificuldade, de forma a auxiliar no enfrentamento da pandemia sem abrir mão dos valores devidos aos cofres públicos, com multa e juros”, salienta. Ele explica que não se trata de programa com descontos, mas de um parcelamento dos débitos, com acréscimos por atraso, de forma mais facilitada que os que existem de forma usual.*

*Os pedidos de parcelamento devem ser realizados de maneira virtual, no site da Receita Estadual a partir do próximo dia 13, e dentro do prazo estipulado (pagamento da parcela*





## ALTERAÇÕES

*inicial até 30 de novembro). As instruções e condições existentes também estão disponíveis para consulta na página da instituição.*

*Texto: Ascom Sefaz/ Receita Estadual”*

### **NF-E – IMPLANTAÇÃO DO EVENTO COMPROVANTE DE ENTREGA DO CT-E NA NF-E**

De acordo com notícia do Portal da NF-e no dia 05 de outubro de 2020, iniciou-se a partir de 05/10/2020 a repercussão, no ambiente de produção, do evento Comprovante de Entrega do CT-e na NF-e, em atendimento ao previsto no Ajuste SINIEF 14/19, que instituiu o evento.

Este evento de marcação da NF-e é gerado de forma automática sempre que o transportador registrar o evento de Comprovação de Entrega do CT-e e este CT-e relacionar a Chave de Acesso da NF-e.

### **NOVAS REGRAS RELATIVAS AO PRÓ-ESPORTE/RS**

O Decreto n. 55.534/2020, DOE RS de 08 de outubro de 2020, dispõe sobre o Programa de Incentivo ao Esporte do Estado do Rio Grande do Sul – PRÓ-ESPORTE/RS.

Na esfera tributária, destacamos:

- a) O contribuinte poderá compensar até cem por cento do valor aplicado com o ICMS a recolher, a partir da validação de Carta de Habilitação de Patrocínio – CHP, que concede o benefício fiscal para a compensação na Guia de Informação e Apuração – GIA.
- b) O repasse de recursos para o Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte – Fundo PRÓ-ESPORTE/RS, deverá ser comprovado por meio do pagamento de Guia de Arrecadação.
- c) As condições para o aproveitamento e a fruição do benefício constam no Regulamento do ICMS/RS (Decreto n. 37.699/1997).
- d) Fica vedada a utilização do incentivo fiscal para atender financiamento de projetos dos quais sejam beneficiários a própria empresa patrocinadora, suas coligadas e controladas, bem como seus sócios ou titulares.
- e) Não são dedutíveis os valores destinados a patrocínio ou doação em favor de projetos que beneficiem pessoa física ou jurídica vinculada ao doador ou patrocinador.
- f) Considera-se vinculada ao patrocinador ou ao doador,



## ALTERAÇÕES

quando houver vínculo de parentesco, até segundo grau, inclusive por afinidade, entre o proponente ou beneficiado e o representante legal, sócio-gerente ou administrador do contribuinte, bem como os funcionários do contribuinte.

- g) A validação de CHP fica sujeita à disponibilidade, de acordo com o limite global anual autorizado.
- h) As concessões previstas neste artigo estão sujeitas a convênio vigente de autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, nos termos da Lei Complementar Federal n. 24/1975, combinada com o disposto no art. 155, § 2º, inciso XII, alínea “g”, da Constituição Federal.

### ALTERAÇÕES NO RICMS/RS, DIVULGADAS PELA SEFAZ/RS:

- 1 – Decreto n. 55.522/2020, DOE da 3ª Edição de 02/10/2020
- **DEFINIDO O CONCEITO DE BEBIDAS PARA FINS DE REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO DO ICMS NO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PROMOVIDO POR BARES, RESTAURANTES, ESTABELECIMENTOS SIMILARES E EMPRESAS PREPARADORAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS** – Alt. 5348 – Conv.

ICMS 17/08 – A partir de 01/01/21, define bebidas para fins de aplicação do benefício de redução da base de cálculo do ICMS no fornecimento de refeições promovido por bares, restaurantes e estabelecimentos similares, assim como na saída promovida por empresas preparadoras de refeições coletivas.

Com essa publicação, considera-se bebida, conforme definido no Decreto Federal n. 6.871/2009:

- a) o produto de origem vegetal industrializado, destinado à ingestão humana em estado líquido, sem finalidade medicamentosa ou terapêutica; a polpa de fruta;
- b) o xarope sem finalidade medicamentosa ou terapêutica;
- c) os preparados sólidos e líquidos para bebida;
- d) a soda e os fermentados alcoólicos de origem animal;
- e) os destilados alcoólicos de origem animal;
- f) as bebidas elaboradas com a mistura de substâncias de origem vegetal e animal; e a
- g) água mineral.

(RICMS, Lv. I, art. 23, VI, nota 03)



## ALTERAÇÕES

- **REMISSÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (CONSTITUÍDOS OU NÃO) RELACIONADOS COM O ICMS INCIDENTE SOBRE O FORNECIMENTO DE BEBIDAS EM REFEIÇÕES** – A partir de 01/01/21, concede remissão de créditos tributários, constituídos ou não, relacionados ao ICMS devido no fornecimento ou saída de bebidas não alcoólicas, calculado com a redução da base de cálculo prevista no fornecimento de refeições prevista no inciso VI do art. 23 do Livro I do RICMS.

Esse benefício:

- a) aplica-se aos fatos geradores ocorridos até 3 de setembro de 2020;
- b) fica condicionado à comprovação da desistência, pelo sujeito passivo, de quaisquer ações, e sua respectiva homologação, nas esferas administrativa ou judicial, que visem contestar a exigência dos créditos tributários, responsabilizando-se, ainda, por custas e emolumentos judiciais dos processos, com a renúncia a eventual direito à verba honorária;
- c) não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já pagas anteriormente.

- 2 – Decreto n. 55.526/2020, DOE de 07/10/2020

- **ICMS ST – OPERAÇÕES COM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS – ATUALIZA O ROL MERCADORIAS – MASSAS ALIMENTÍCIAS** – Alt. 5347 – Conv. ICMS 72/20 – Relativamente à substituição tributária em operações com produtos alimentícios, atualiza o rol de mercadorias sujeitas à substituição tributária. (Ap. II, S. III, item XXX, números 43, 99, 100, 105 a 107, 128 e 129)

No item XXX da Seção III do Apêndice II, fica revogado o número 24, é dada nova redação aos números 43, 99, 100, 105 a 107 e ficam acrescentados os números 128 e 129, conforme segue:



## ALTERAÇÕES

ITEM XXX – PRODUTOS ALIMENTÍCIOS						
N.	MERCADORIAS	CLASSIFICAÇÃO NA NBM/SH- NCM	CÓDIGO ESPECIFICADOR DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – CEST	OPERAÇÃO INTERNA	MARGEM DE VALOR AGREGADO	
					OPERAÇÃO INTERESTADUAL	
					SUJEITA À ALÍQUOTA DE 12%	SUJEITA À ALÍQUOTA DE 4%
43	Massas alimentícias do tipo comum, não cozidas, nem recheadas, nem preparadas de outro modo, não derivadas do trigo	17.049.00	1902.1	37,51	37,51 se a carga tributária interna for 7%; 37,51 se a carga tributária interna for 12%;	41,95 se a carga tributária interna for 7%; 50,01 se a carga tributária interna for 12%;
99	Massas alimentícias do tipo sêmola, não cozidas, nem recheadas, nem preparadas de outro modo, não derivadas do trigo	17.049.01	1902.1	37,51	37,51 se a carga tributária interna for 7%; 37,51 se a carga tributária interna for 12%;	41,95 se a carga tributária interna for 7%; 50,01 se a carga tributária interna for 12%;
100	Massas alimentícias do tipo grão duro, não cozidas, nem recheadas, nem preparadas de outro modo, que contenham ovos	17.049.02	1902.11.00	37,51	37,51 se a carga tributária interna for 7%; 37,51 se a carga tributária interna for 12%;	41,95 se a carga tributária interna for 7%; 50,01 se a carga tributária interna for 12%;
105	Outras massas alimentícias do tipo comum, não cozidas, nem recheadas, nem preparadas de outro modo, que não contenham ovos, derivadas de farinha de trigo	17.049.03	1902.19.00	37,51	37,51 se a carga tributária interna for 7%; 37,51 se a carga tributária interna for 12%;	41,95 se a carga tributária interna for 7%; 50,01 se a carga tributária interna for 12%;
106	Outras massas alimentícias do tipo sêmola, não cozidas, nem recheadas, nem preparadas de outro modo, que não contenham ovos, derivadas do trigo	17.049.04	1902.19.00	37,51	37,51 se a carga tributária interna for 7%; 37,51 se a carga tributária interna for 12%;	41,95 se a carga tributária interna for 7%; 50,01 se a carga tributária interna for 12%;
107	Outras massas alimentícias do tipo grão duro, não cozidas, nem recheadas, nem preparadas de outro modo, que não contenham ovos	17.049.05	1902.19.00	37,51	37,51 se a carga tributária interna for 7%; 37,51 se a carga tributária interna for 12%;	41,95 se a carga tributária interna for 7%; 50,01 se a carga tributária interna for 12%;
128	Massas alimentícias do tipo comum, não cozidas, nem recheadas, nem preparadas de outro modo, que contenham ovos, derivadas de farinha de trigo	17.049.06	1902.11.00	37,51	37,51 se a carga tributária interna for 7%; 37,51 se a carga tributária interna for 12%;	41,95 se a carga tributária interna for 7%; 50,01 se a carga tributária interna for 12%;
129	Massas alimentícias do tipo sêmola, não cozidas, nem recheadas, nem preparadas de outro modo, que contenham ovos, derivadas do trigo	17.049.07	1902.11.00	37,51	37,51 se a carga tributária interna for 7%; 37,51 se a carga tributária interna for 12%;	41,95 se a carga tributária interna for 7%; 50,01 se a carga tributária interna for 12%;



## ALTERAÇÕES

- 3 – Decreto n. 55.527/2020, DOE de 07/10/2020
  - **ICMS ST – RESPONSABILIDADE POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA ATRIBUÍDA A CONTRIBUINTE ENQUADRADO NA CATEGORIA GERAL QUE REALIZE VENDAS EXCLUSIVAMENTE NA MODALIDADE DE COMÉRCIO ELETRÔNICO OU TELEVENDAS** – Alt. 5349 – Lei do ICMS, art. 33, I, “e” e § 13 – Inclui a modalidade de televendas no dispositivo que prevê a possibilidade de atribuição da responsabilidade por substituição tributária, nas operações internas, a contribuinte enquadrado na modalidade geral que realize vendas exclusivamente na modalidade de comércio eletrônico, mediante Termo de Acordo. (Lv III, art. 9º, “caput”, nota 07, “caput”)
- 4 – Decreto n. 55.532/2020, DOE de 07/10/2020
  - **CONCESSÃO DE PRAZO DE RECOLHIMENTO DO DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS DEVIDO NA PRESTAÇÃO APLICÁVEL AO TRANSPORTE AÉREO INTERESTADUAL DE CARGAS A CONSUMIDOR FINAL NÃO CONTRIBUINTE** – Alt. 5350 – Conv. ICMS 93/15 – Possibilita a concessão de prazo para pagamento do imposto devido por transportador não inscrito no CGC/TE que realize prestações de serviço de trans-

porte aéreo interestadual de cargas a consumidor final não contribuinte do imposto localizado neste Estado. (Lv. I, art. 50, VIII)

### ALTERAÇÕES NA INSTRUÇÃO NORMATIVA DRP 45/98, DIVULGADAS PELA SEFAZ/RS:

- 1 – Instrução Normativa RE n. 77/2020, DOE de 05/10/2020
  - **DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE GARANTIAS E ENTRADA MÍNIMA NOS PARCELAMENTOS** – Os contribuintes ficam dispensados das garantias e da entrada mínima, na hipótese de pedido de parcelamento em até 60 (sessenta) meses, incluída a prestação inicial, de créditos tributários provenientes do ICMS, declarados em GIA, GIA-ST ou DeSTDA, vencidos no período de 01.04.2020 a 30.11.2020, desde que o pagamento da prestação inicial seja realizado entre 13.10.2020 e 30.11.2020.  
(Tít. III, Cap. XIII, 1.1.10)
  - **AJUSTE TÉCNICO** – Ajuste técnico para sanar incorreção no número de subitem acrescentado. (Tít. III, Cap. XXXVI, 4.1.1)



## ALTERAÇÕES

- 2 – Instrução Normativa RE n. 78/2020, DOE 2ª Edição de 05/10/2020
- **AJUSTE TÉCNICO PARA ALTERAR O PERÍODO EM QUE AUTORIZADO O PARCELAMENTO DE DÉBITOS DE ICMS, DECLARADOS EM GIA, GIA-ST OU DESTDA – ALTERAÇÃO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA RE N. 77/2020 (DOE DE 05/10/2020)** – Esta instrução altera a Instrução Normativa RE nº 77/2020, estabelecendo que os contribuintes ficam dispensados das garantias e da entrada mínima previstas no item 1.1, na hipótese de pedido de parcelamento em até 60 (sessenta) meses, incluída a prestação inicial, de créditos tributários provenientes do ICMS, declarados em GIA, GIA-ST ou DeSTDA, vencidos no período de 01.04.2020 a 30.09.2020, desde que o pagamento da prestação inicial seja realizado entre 13.10.2020 e 30.11.2020.  
(Tít. III, Cap. XIII, 1.1.10)
- 3 – Instrução Normativa RE n. 79/2020, DOE de 07/10/2020
- **ICMS ST – NORMATIZA A PESQUISA DE PREÇO PARA A DETERMINAÇÃO DO PREÇO FINAL AO CONSUMIDOR NAS OPERAÇÕES COM BEBIDAS QUENTES** – Com essa publicação, a determinação do preço final ao consumidor nas

operações com bebidas quentes, nos termos do RICMS, Livro III, art. 228, I, deverá seguir o disposto neste item 21.2, do Capítulo IX do Título I.

(Tít. I, Cap. IX, 21.2)

### IPVA

#### ALTERAÇÕES NO RIPVA/RS, DIVULGADAS PELA SEFAZ/RS:

- 1 – Decreto n. 55.526/2020, DOE de 07/10/2020
- **AJUSTE TÉCNICO NO RIPVA/RS** – Alt. 120 – Promove ajuste técnico no Decreto n. 32.144/1985, que regulamenta o IPVA, relativo ao exercício de pagamento do imposto. (Art. 14, II, “caput”)

### ITCD

#### DÍVIDAS ANTIGAS DE ITCD PODEM SER REGULARIZADAS ANTES DA ATUALIZAÇÃO DE VALORES DOS BENS

De acordo com a notícia publicada no site da Sefaz RS no dia



## ALTERAÇÕES

08 de outubro de 2020, a Receita Estadual definiu a reavaliação obrigatória de bens para cálculo do ITCD devido aos cofres públicos a partir de 2021.

Veja, abaixo, a notícia na íntegra:

*“A Receita Estadual definiu a reavaliação de ofício obrigatória dos bens avaliados para fins de ITCD há mais de cinco anos e com base de cálculo igual ou superior a 50.000 UPFs – aproximadamente R\$ 1 milhão em valores atuais. A medida, publicada no Diário Oficial do Estado desta quinta-feira (8), por meio do Decreto nº 55.533, entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021. Dessa forma, os contribuintes que possuem Declarações do ITCD (DIT) com pagamento pendente têm a oportunidade de regularizar a situação antes da vigência da nova regra, ou seja, até 31 de dezembro de 2020.*

*Segundo Luís Fernando Crivelaro, subsecretário adjunto da Receita Estadual, a ação vai promover mais justiça fiscal na avaliação dos bens sobre os quais incide o ITCD, com especial atenção aos casos em que os processos estão parados há mais de cinco anos e que, portanto, necessitam de atualização dos valores. “A nova regra será válida apenas a partir de 2021, oportunizando que os contribuintes paguem*

*os valores ainda neste ano e, assim, evitem a reavaliação de ofício”, destaca. O Rio Grande do Sul conta atualmente com cerca de R\$ 700 milhões em DIT abertas sem pagamento.*

*Além da obrigatoriedade, o Decreto publicado nesta quinta-feira estabelece que a reavaliação de ofício também pode ocorrer em razão de diversas circunstâncias posteriormente conhecidas, tais como omissão ou prestação de informação indevida sobre a DIT, erro formal na definição do valor, obra de melhoria que modifique o valor do bem e modificação de valor de mercado ou de situação econômico-financeira da empresa. Nenhuma das hipóteses se aplica no caso de imposto não vencido pago no prazo de 30 dias contado da avaliação dos bens.*

*Outra novidade recente, instituída pelo Decreto nº 54.939, de dezembro de 2019, é a possibilidade de fracionamento do ITCD. Graças à medida, o tributo pode ser fracionado em até 10 vezes, desde que a parcela não seja inferior a R\$ 1 mil, oferecendo ao contribuinte mais facilidade para quitação do imposto, sem significar renúncia fiscal ou diminuição de receitas para o Estado. Nesses casos, as certidões de quitação e de situação fiscal somente são emitidas após*





## ALTERAÇÕES

*o pagamento total do imposto devido. A modalidade, no entanto, não está disponível para os casos de ITCD devido por doação de dinheiro e de DIT com ITCD já vencido.*

### **Possibilidade de financiamento no Banrisul**

*Outro destaque viabilizado recentemente é a possibilidade de utilização do CPB Tributos, uma linha de crédito criada pelo Banrisul para pagamento de diversos impostos patrimoniais, dentre eles o ITCD. Por meio da iniciativa, é possível diluir o valor devido em parcelas mensais e obter descontos oriundos do pagamento à vista, quando aplicável.*

*O serviço pode ser contratado nos canais digitais do Banco (Home Banking e aplicativo Banrisul Digital), quando o pagamento ocorre em até 12 meses. Para os casos em que o usuário necessite de prazo maior, de até 48 meses, o pedido deve ser feito diretamente na rede de agências do Banrisul, acompanhado da Guia de Arrecadação e sujeito à análise de crédito. A possibilidade é válida tanto para pagar o imposto em atraso quanto o imposto em dia, com taxas a partir de 1,78% ao mês ([\*\*clique aqui para mais informações\*\*](#)).*

### **Saiba mais sobre o ITCD**

*O ITCD (Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens e Direitos) é o imposto sobre a transmissão gratuita de bens móveis ou imóveis (doações) e também de direitos, incluindo-se a sucessão (herança). A DIT é a Declaração Eletrônica (via internet) do ITCD. Desde 2007, a DIT é o meio para processamento da avaliação dos bens, cálculo e emissão da guia de pagamento do imposto.*

*Em 2019, a Receita Estadual criou o chamado “ITCD Virtual”, através da Delegacia do ITCD (18ª DRE), com todos os serviços relacionados ao tributo sendo realizados a distância, sem necessidade de deslocamento, com equipes especializadas realizando o atendimento virtual de dúvidas e consultas.*

*Texto: Ascom Fazenda / Receita Estadual”*

### **ALTERAÇÕES NO RITCD/RS, DIVULGADAS PELA SEFAZ/RS:**

- 1 – Decreto n. 55.533/2020, DOE de 08/10/2020
- **ALTERADAS DISPOSIÇÕES ACERCA DA REAVALIAÇÃO DE BENS PARA CÁLCULO DO IMPOSTO:**
  - a) **Alt. 133** – Relativamente à reavaliação dos bens, títulos, créditos, ações, quotas e valores, de qualquer natureza,



## ALTERAÇÕES

bem como os direitos a eles relativos:

- define as hipóteses de reavaliação de ofício; (art. 16, § 3º)
- reintroduz a previsão de reavaliação compulsória por decurso de prazo. (art. 16, § 4º)

b) **Alt. 134** – Efetua ajuste técnico para definir que a avaliação contraditória trata da formalização da solicitação de reavaliação a requerimento do interessado. (Art. 17, “caput”)

## CCA BERNARDON CONSULTORIA CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA

Rua Visconde do Rio Branco, 477 | Floresta 90220-231 | Porto Alegre/RS

Fone: (51) 3027-1700 | [cca@cca.com.br](mailto:cca@cca.com.br) | [www.cca.com.br](http://www.cca.com.br)

Consultoria,  
treinamento para gestão administrativa  
e atuação em processos e negócios.

**CCA**  
**BERNARDON**  
CONSULTORIA CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA